

A TRANSIÇÃO PARA O NOVO MODELO FISCAL: RISCOS E OPORTUNIDADES

THE TRANSITION TO THE NEW FISCAL MODEL: RISKS AND
OPPORTUNITIES

Ciências Sociais Aplicadas • 05/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780633759](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780633759)

Gabriele Martins Gallas Oliveira¹

RESUMO

A política fiscal exerce papel fundamental na estabilidade macroeconômica e no desenvolvimento econômico de um país, especialmente em economias emergentes marcadas por elevados desafios sociais e fiscais. No Brasil, a substituição do teto de gastos pelo novo arcabouço fiscal representa uma das principais mudanças na condução das contas públicas nas últimas décadas. O presente estudo analisa os riscos e as oportunidades decorrentes da transição para o novo modelo fiscal brasileiro, considerando seus impactos sobre a sustentabilidade da dívida pública, a credibilidade econômica e a capacidade de investimento do Estado. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em artigos científicos, legislações e estudos econômicos recentes sobre o tema. Os resultados indicam que o novo modelo fiscal busca conciliar responsabilidade fiscal e crescimento econômico, permitindo maior flexibilidade orçamentária e ampliação de investimentos públicos. Contudo, persistem desafios relacionados ao controle das despesas públicas, à dependência do crescimento das receitas e à manutenção da confiança dos agentes econômicos. Conclui-se que o sucesso do novo arcabouço fiscal depende da capacidade institucional do governo em garantir equilíbrio fiscal sem comprometer políticas sociais e investimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Arcabouço fiscal; Política econômica; Responsabilidade fiscal; Dívida pública; Crescimento econômico.

ABSTRACT

Fiscal policy plays a fundamental role in macroeconomic stability and economic development, especially in emerging economies marked by major social and fiscal challenges. In Brazil, the

replacement of the spending cap by the new fiscal framework represents one of the main changes in the management of public accounts in recent decades. This study analyzes the risks and opportunities arising from the transition to the new Brazilian fiscal model, considering its impacts on public debt sustainability, economic credibility, and the State's investment capacity. The research is characterized as bibliographic, qualitative, and exploratory, based on scientific articles, legislation, and recent economic studies on the subject. The results indicate that the new fiscal model seeks to reconcile fiscal responsibility and economic growth by allowing greater budget flexibility and expansion of public investments. However, challenges remain regarding the control of public spending, dependence on revenue growth, and the maintenance of confidence among economic agents. It is concluded that the success of the new fiscal framework depends on the government's institutional capacity to ensure fiscal balance without compromising social policies and strategic investments for national development.

Keywords: Fiscal framework; Economic policy; Fiscal responsibility; Public debt; Economic growth.

1. INTRODUÇÃO

A política fiscal constitui um dos principais instrumentos utilizados pelos governos para promover estabilidade econômica, crescimento sustentável e equilíbrio das contas públicas. Em economias emergentes, como a brasileira, a gestão fiscal torna-se ainda mais relevante devido às constantes oscilações econômicas, ao elevado nível de endividamento público e às demandas sociais historicamente acumuladas. Nesse contexto, o debate acerca da sustentabilidade fiscal passou a ocupar posição central nas

discussões econômicas nacionais, especialmente após a implementação do teto de gastos públicos instituído pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016.

O teto de gastos foi criado com o objetivo de controlar o crescimento das despesas públicas federais, limitando o aumento dos gastos à inflação do ano anterior. Segundo Oreiro (2023), a proposta buscava restaurar a confiança dos agentes econômicos e estabilizar a trajetória da dívida pública brasileira. Entretanto, ao longo dos anos, surgiram críticas relacionadas à rigidez do modelo e aos impactos sobre investimentos públicos e políticas sociais, sobretudo nas áreas de saúde, educação e infraestrutura.

Diante desse cenário, o Governo Federal apresentou um novo modelo de controle fiscal denominado arcabouço fiscal, buscando substituir parcialmente as limitações impostas pelo antigo teto de gastos. O novo mecanismo propõe maior flexibilidade para expansão dos gastos públicos, vinculando o crescimento das despesas ao aumento das receitas governamentais e ao desempenho da economia nacional. Para Machado (2024), o novo modelo busca equilibrar responsabilidade fiscal e desenvolvimento econômico, permitindo maior previsibilidade para as contas públicas sem inviabilizar investimentos estratégicos do Estado.

Apesar das expectativas positivas relacionadas à retomada dos investimentos públicos e ao fortalecimento das políticas sociais, diversos economistas apontam riscos associados ao novo modelo fiscal. Entre os principais desafios destacam-se a dificuldade de controle das despesas obrigatórias, a dependência da arrecadação tributária e os possíveis impactos sobre a credibilidade fiscal do país

perante o mercado financeiro e investidores internacionais (ARAÚJO, 2025).

Além das questões econômicas, o debate sobre o novo arcabouço fiscal também envolve aspectos sociais e políticos relevantes. Segundo Pereira & Almeida (2025), a política fiscal possui impacto direto sobre a distribuição de renda, a capacidade estatal de financiamento de políticas públicas e a redução das desigualdades sociais. Dessa forma, compreender os efeitos da transição para o novo modelo fiscal torna-se fundamental para analisar suas implicações sobre o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar os riscos e as oportunidades decorrentes da transição para o novo modelo fiscal brasileiro, destacando seus impactos sobre a responsabilidade fiscal, o crescimento econômico e a capacidade de investimento do Estado. Justifica-se a relevância desta pesquisa pela necessidade de compreender os possíveis efeitos do novo arcabouço fiscal sobre a economia brasileira e sua influência na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Política Fiscal e Responsabilidade Fiscal no Brasil

A política fiscal representa um dos principais mecanismos utilizados pelo Estado para promover estabilidade econômica, controlar desequilíbrios macroeconômicos e estimular o desenvolvimento nacional. Sua atuação ocorre principalmente por meio da arrecadação tributária, dos gastos públicos e da administração da dívida pública. Em economias emergentes, como a brasileira, a política fiscal assume importância ainda maior devido às frequentes

oscilações econômicas e às desigualdades sociais historicamente existentes.

Segundo Giambiagi & Além (2016), a política fiscal possui influência direta sobre os níveis de emprego, inflação, crescimento econômico e confiança dos agentes econômicos. Os autores afirmam que “a sustentabilidade fiscal tornou-se elemento central para a estabilidade macroeconômica das economias modernas” (GIAMBIAGI & ALÉM, 2016, p. 42). Nesse sentido, o equilíbrio das contas públicas passou a ser considerado fundamental para garantir credibilidade institucional e segurança econômica.

No Brasil, a preocupação com a responsabilidade fiscal ganhou maior destaque após os sucessivos desequilíbrios econômicos enfrentados nas décadas de 1980 e 1990, marcadas por hiperinflação, elevado déficit público e crescimento da dívida governamental. A partir desse contexto, foi promulgada a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelecendo limites e mecanismos de controle para os gastos públicos.

De acordo com Silva (2025), a responsabilidade fiscal pode ser compreendida como um conjunto de práticas voltadas à manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas públicas, buscando garantir sustentabilidade financeira ao Estado. A autora destaca que “o controle fiscal não deve ser interpretado apenas como contenção de gastos, mas como instrumento de planejamento econômico e social” (SILVA, 2025, p. 88).

Além disso, a política fiscal também desempenha papel relevante na promoção de investimentos públicos e políticas sociais. Em

momentos de recessão econômica, governos frequentemente utilizam expansão fiscal para estimular o crescimento econômico e reduzir os impactos do desemprego. Entretanto, o aumento excessivo das despesas públicas pode gerar desequilíbrios fiscais e aumento da dívida pública.

Nesse contexto, o debate entre austeridade fiscal e expansão dos gastos públicos tornou-se recorrente na economia brasileira contemporânea. Para Oreiro (2023), modelos excessivamente rígidos de contenção fiscal podem comprometer investimentos estratégicos do Estado, reduzindo a capacidade governamental de estimular o crescimento econômico. O autor afirma que:

“A experiência recente demonstra que políticas fiscais extremamente restritivas podem limitar a recuperação econômica e reduzir a capacidade de investimento público em setores essenciais” (OREIRO, 2023, p. 12).

Dessa maneira, observa-se que a política fiscal brasileira passou a buscar mecanismos capazes de conciliar responsabilidade fiscal, estabilidade econômica e desenvolvimento social. Esse debate tornou-se ainda mais intenso após a criação do teto de gastos públicos e, posteriormente, com a implementação do novo arcabouço fiscal brasileiro.

2.2. O Teto de Gastos e a Transição para o Novo Arcabouço Fiscal

O teto de gastos públicos foi instituído no Brasil por meio da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, durante o governo Michel Temer, como estratégia de contenção das despesas públicas e controle do crescimento da dívida pública federal. A medida estabeleceu que os gastos primários da União só poderiam crescer conforme a inflação do ano anterior, limitando o aumento real das despesas governamentais durante um período de vinte anos.

Segundo Araujo (2025), o principal objetivo do teto de gastos era restaurar a confiança dos investidores e promover estabilidade fiscal de longo prazo. O autor afirma que o mecanismo foi apresentado como alternativa para conter o avanço do déficit público e reduzir a percepção de risco fiscal do país.

Entretanto, apesar de sua relevância no controle das contas públicas, o teto de gastos passou a receber diversas críticas relacionadas à sua rigidez orçamentária. Muitos economistas argumentaram que o modelo dificultava investimentos públicos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, especialmente em períodos de crise econômica e crescimento populacional.

Para Veras, Mazza & Araújo Neto (2025), o teto de gastos promoveu um processo de compressão fiscal que afetou diretamente a capacidade de atuação do Estado brasileiro. Os autores destacam que:

“A limitação prolongada dos investimentos públicos compromete a capacidade estatal de resposta às demandas sociais e reduz o potencial de crescimento econômico do país” (VERAS, MAZZA & ARAÚJO NETO, 2025, p. 134).

Durante a pandemia da COVID-19, as limitações impostas pelo teto de gastos tornaram-se ainda mais evidentes. O aumento das demandas sociais e sanitárias exigiu expansão significativa dos gastos públicos, levando o governo federal à criação de mecanismos excepcionais para flexibilização temporária das regras fiscais.

Nesse cenário, surgiu a proposta do novo arcabouço fiscal brasileiro, implementado em substituição parcial ao teto de gastos. O novo modelo busca estabelecer regras mais flexíveis para o crescimento das despesas públicas, vinculando parte da expansão dos gastos ao crescimento das receitas governamentais.

Segundo Machado (2024), o novo arcabouço fiscal representa uma tentativa de equilibrar estabilidade econômica e crescimento sustentável. O autor afirma que:

“O novo modelo fiscal procura compatibilizar responsabilidade fiscal com capacidade de investimento estatal, reduzindo a rigidez observada no antigo teto de gastos” (MACHADO, 2024, p. 19).

O novo sistema estabelece metas de resultado primário e limites para crescimento das despesas, permitindo que os gastos aumentem parcialmente conforme a evolução da arrecadação pública. Dessa forma, o governo busca garantir maior previsibilidade fiscal sem inviabilizar políticas públicas e investimentos estratégicos.

Contudo, especialistas apontam que o sucesso do novo arcabouço fiscal depende diretamente da capacidade do governo em ampliar receitas, controlar despesas obrigatórias e manter credibilidade junto ao mercado financeiro. Conforme destaca Oreiro (2023), regras fiscais eficientes necessitam de equilíbrio entre flexibilidade econômica e disciplina orçamentária.

Além disso, o novo modelo fiscal também reflete mudanças nas concepções econômicas adotadas pelo Estado brasileiro. Enquanto o teto de gastos priorizava controle rígido das despesas, o novo arcabouço busca permitir maior atuação estatal na promoção do crescimento econômico e redução das desigualdades sociais.

2.3. Riscos e Oportunidades do Novo Modelo Fiscal Brasileiro

A implementação do novo arcabouço fiscal brasileiro gerou intensos debates entre economistas, gestores públicos e agentes do mercado financeiro. Enquanto alguns especialistas defendem o modelo como instrumento capaz de estimular o crescimento econômico e ampliar investimentos públicos, outros apontam riscos relacionados à sustentabilidade fiscal e ao aumento da dívida pública.

Entre as principais oportunidades associadas ao novo modelo fiscal destaca-se a possibilidade de retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, saúde, educação e programas sociais. Segundo Pereira & Almeida (2025), o fortalecimento da capacidade estatal de

investimento pode contribuir significativamente para redução das desigualdades sociais e estímulo ao crescimento econômico sustentável.

As autoras afirmam que:

*“A flexibilização das regras fiscais pode permitir maior efetividade das políticas públicas voltadas à justiça distributiva e à promoção do desenvolvimento social”
(PEREIRA & ALMEIDA, 2025, p. 77).*

Além disso, o novo modelo fiscal pode favorecer maior previsibilidade econômica ao estabelecer metas fiscais combinadas com mecanismos de crescimento controlado das despesas públicas. Essa estratégia busca evitar paralisação de investimentos governamentais em períodos de desaceleração econômica.

Outro aspecto positivo refere-se à ampliação da capacidade do governo em executar políticas anticíclicas. Em momentos de recessão, o Estado poderá ampliar investimentos e estimular a economia sem as limitações extremas impostas pelo antigo teto de gastos. Para Giambiagi & Além (2016), políticas fiscais flexíveis podem desempenhar papel relevante na recuperação econômica em cenários de crise.

Por outro lado, diversos riscos também são apontados em relação ao novo arcabouço fiscal. Um dos principais desafios consiste na dependência do crescimento da arrecadação pública para sustentação do modelo. Caso as receitas governamentais não

apresentem crescimento suficiente, poderá haver dificuldades para cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Segundo Araujo (2025), existe preocupação quanto à credibilidade do novo regime fiscal perante investidores e instituições financeiras internacionais. O autor destaca que:

“A ausência de mecanismos rígidos de contenção das despesas pode elevar a percepção de risco fiscal e aumentar a desconfiança dos agentes econômicos”
(ARAUJO, 2025, p. 11).

Outro ponto crítico refere-se ao crescimento das despesas obrigatórias, especialmente gastos previdenciários e folha de pagamento do setor público. O aumento contínuo dessas despesas pode comprometer a sustentabilidade fiscal de longo prazo caso não sejam implementadas medidas estruturais de controle orçamentário.

Além disso, a manutenção da estabilidade econômica depende diretamente da capacidade institucional do governo em cumprir metas fiscais e garantir equilíbrio entre receitas e despesas públicas. Segundo Veras, Mazza & Araújo Neto (2025), a fragilidade do controle fiscal pode gerar impactos negativos sobre inflação, taxa de juros e confiança econômica.

A dívida pública também constitui elemento central nesse debate. O crescimento excessivo do endividamento governamental pode elevar custos financeiros e reduzir a capacidade futura de

investimento do Estado. Dessa forma, o novo modelo fiscal necessita equilibrar expansão dos investimentos públicos e responsabilidade na gestão das contas públicas.

Portanto, observa-se que a transição para o novo modelo fiscal brasileiro apresenta simultaneamente oportunidades e desafios. Seu sucesso dependerá da capacidade governamental em promover crescimento econômico sustentável, ampliar arrecadação, controlar despesas e preservar credibilidade fiscal perante a sociedade e os agentes econômicos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental acerca da transição para o novo modelo fiscal brasileiro. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais, econômicos e institucionais a partir da interpretação crítica das informações coletadas, permitindo maior aprofundamento teórico sobre o objeto de estudo.

Segundo Siena (2007), a pesquisa bibliográfica constitui importante instrumento metodológico para construção do conhecimento científico, pois possibilita ao pesquisador analisar diferentes abordagens teóricas já produzidas sobre determinado tema. Nesse sentido, a investigação fundamentou-se em livros, artigos científicos, legislações, periódicos acadêmicos e documentos oficiais relacionados à política fiscal brasileira, responsabilidade fiscal, teto de gastos e novo arcabouço fiscal.

A pesquisa exploratória foi adotada em razão da necessidade de aprofundar discussões recentes relacionadas ao novo modelo fiscal brasileiro, especialmente devido à contemporaneidade do tema e à constante atualização dos debates econômicos nacionais. De acordo com Gil (2019), pesquisas exploratórias possuem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para formulação de análises mais detalhadas e consistentes.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, revistas científicas e documentos governamentais. Foram selecionadas publicações nacionais recentes que abordam questões relacionadas à política fiscal, equilíbrio das contas públicas, crescimento econômico e sustentabilidade da dívida pública. Também foram analisados dispositivos legais relacionados à Emenda Constitucional nº 95/2016 e às novas regras do arcabouço fiscal brasileiro.

Os critérios de seleção das obras consideraram relevância científica, atualidade das publicações e aderência ao tema proposto. Foram priorizados autores brasileiros especializados em economia fiscal, finanças públicas e políticas econômicas contemporâneas, permitindo maior contextualização da realidade econômica nacional.

A análise dos dados ocorreu por meio da interpretação crítica e comparativa das informações obtidas na literatura consultada. Inicialmente, realizou-se leitura exploratória das obras selecionadas, seguida de leitura analítica e interpretação temática dos conteúdos relacionados aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, os dados foram organizados em categorias temáticas voltadas à compreensão

dos riscos e oportunidades associados ao novo modelo fiscal brasileiro.

A metodologia adotada buscou garantir maior consistência teórica e confiabilidade científica ao estudo, permitindo compreender os impactos econômicos, sociais e institucionais decorrentes da transição para o novo arcabouço fiscal. Dessa forma, o método utilizado mostrou-se adequado para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, possibilitando análise crítica sobre os desafios e perspectivas da política fiscal brasileira contemporânea.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura consultada demonstra que a transição do teto de gastos para o novo arcabouço fiscal representa uma mudança significativa na condução da política econômica brasileira. Os estudos analisados indicam que o novo modelo fiscal procura estabelecer maior equilíbrio entre responsabilidade fiscal e capacidade de investimento público, buscando reduzir os impactos negativos provocados pelas limitações impostas pelo antigo regime de controle de despesas.

Os resultados obtidos evidenciam que o teto de gastos apresentou efeitos relevantes sobre o controle das despesas públicas federais, especialmente no que se refere à redução do crescimento acelerado dos gastos primários. Contudo, diversos autores apontam que a rigidez do modelo limitou investimentos estratégicos e comprometeu parcialmente a capacidade estatal de financiamento de políticas públicas essenciais.

Segundo Oreiro, modelos excessivamente rígidos de contenção fiscal podem gerar impactos negativos sobre o crescimento

econômico e sobre a capacidade do Estado em responder adequadamente às necessidades sociais (OREIRO, 2023).

Nesse contexto, o novo arcabouço fiscal surge como tentativa de flexibilizar parcialmente as regras fiscais brasileiras sem abandonar completamente os princípios de responsabilidade fiscal. Os dados analisados demonstram que o novo modelo busca criar mecanismos mais adaptáveis ao comportamento da economia nacional, vinculando o crescimento das despesas públicas à evolução das receitas governamentais.

O novo regime fiscal apresenta maior capacidade de adaptação às oscilações econômicas, permitindo expansão moderada dos investimentos públicos em períodos de crescimento econômico (MACHADO, 2024).

A análise dos estudos também demonstra que uma das principais oportunidades do novo modelo fiscal está relacionada à ampliação dos investimentos públicos em setores estratégicos. A flexibilização parcial das despesas pode favorecer investimentos em infraestrutura, saúde, educação e programas sociais, contribuindo para estímulo da atividade econômica e geração de empregos.

Políticas fiscais mais flexíveis podem fortalecer a capacidade do Estado em promover justiça distributiva e redução das desigualdades sociais (PEREIRA & ALMEIDA, 2025).

Outro resultado identificado refere-se à possibilidade de utilização mais eficiente de políticas anticíclicas. Diferentemente do teto de gastos, o novo modelo fiscal permite maior atuação governamental em momentos de desaceleração econômica, possibilitando

expansão controlada das despesas públicas para estímulo da economia nacional.

Entretanto, os estudos analisados também apontam diversos riscos associados ao novo arcabouço fiscal. Um dos principais desafios identificados consiste na dependência do crescimento da arrecadação tributária para manutenção do equilíbrio fiscal. Caso as receitas públicas não cresçam conforme previsto, poderá ocorrer aumento do déficit público e expansão da dívida governamental.

A credibilidade fiscal constitui elemento fundamental para o funcionamento eficiente do novo modelo, uma vez que a confiança dos agentes econômicos depende diretamente da capacidade do governo em cumprir metas fiscais e controlar o crescimento das despesas públicas (ARAÚJO, 2025).

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se ao crescimento contínuo das despesas obrigatórias da União. Gastos previdenciários, folha de pagamento e despesas vinculadas constitucionalmente representam parcela significativa do orçamento público brasileiro, reduzindo a margem de flexibilidade fiscal do governo.

A sustentabilidade fiscal de longo prazo exige não apenas crescimento da arrecadação, mas também mecanismos eficientes de controle das despesas obrigatórias (VERAS, MAZZA & ARAÚJO NETO, 2025).

Os resultados também evidenciam que o novo arcabouço fiscal depende fortemente da estabilidade política e institucional do país. Mudanças frequentes nas regras fiscais ou dificuldades de

articulação política podem comprometer a confiança dos investidores e gerar instabilidade econômica.

Além disso, observou-se que a dívida pública permanece como um dos principais desafios da economia brasileira contemporânea. Embora o novo modelo busque conciliar crescimento econômico e responsabilidade fiscal, o aumento excessivo do endividamento público pode elevar taxas de juros, pressionar a inflação e reduzir a capacidade futura de investimento estatal.

A análise comparativa dos estudos demonstra que não existe consenso absoluto entre os especialistas sobre os efeitos do novo modelo fiscal brasileiro. Enquanto parte da literatura considera o arcabouço fiscal uma alternativa mais equilibrada e compatível com as necessidades sociais do país, outros autores alertam para riscos relacionados à flexibilização das regras de controle das despesas públicas.

Dessa forma, os resultados obtidos indicam que a transição para o novo modelo fiscal brasileiro apresenta simultaneamente potencialidades e desafios. O sucesso do arcabouço fiscal dependerá da capacidade governamental em manter equilíbrio entre crescimento econômico, controle da dívida pública, estabilidade institucional e ampliação dos investimentos sociais e produtivos.

4.1. Impactos do Novo Modelo Fiscal Sobre o Desenvolvimento Econômico

Os estudos analisados demonstram que a política fiscal possui influência direta sobre o desenvolvimento econômico nacional, especialmente em países emergentes que dependem fortemente

da atuação do Estado para promoção de investimentos estruturais e redução das desigualdades sociais.

O novo arcabouço fiscal brasileiro busca ampliar a capacidade de investimento público sem abandonar integralmente os mecanismos de controle das contas públicas. Nesse sentido, verificou-se que a flexibilização parcial das regras fiscais pode favorecer o crescimento econômico por meio do aumento dos investimentos governamentais em infraestrutura e programas sociais.

Investimentos públicos possuem capacidade de estimular setores produtivos, aumentar geração de empregos e fortalecer o crescimento econômico de longo prazo (GIAMBIAGI & ALÉM, 2016).

Entretanto, os resultados da pesquisa também indicam que o crescimento econômico sustentável depende da manutenção da confiança fiscal e da estabilidade institucional. Desequilíbrios prolongados nas contas públicas podem gerar aumento da inflação, elevação das taxas de juros e redução da credibilidade econômica do país.

Nesse contexto, observou-se que o novo modelo fiscal brasileiro enfrenta o desafio de conciliar expansão dos investimentos públicos e sustentabilidade fiscal de longo prazo. A literatura analisada aponta que o sucesso dessa estratégia dependerá da eficiência da gestão pública, do crescimento da arrecadação e da capacidade institucional do Estado em controlar despesas obrigatórias.

Portanto, conclui-se que os impactos do novo arcabouço fiscal sobre o desenvolvimento econômico brasileiro dependerão diretamente da forma como as novas regras fiscais serão executadas e monitoradas ao longo dos próximos anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os principais riscos e oportunidades relacionados à transição para o novo modelo fiscal brasileiro, destacando seus impactos sobre a responsabilidade fiscal, o crescimento econômico e a capacidade de investimento do Estado. A partir da análise da literatura consultada, observou-se que o novo arcabouço fiscal representa uma tentativa de construir maior equilíbrio entre controle das contas públicas e necessidade de ampliação dos investimentos governamentais.

Verificou-se que o antigo teto de gastos contribuiu para o controle das despesas públicas, porém apresentou limitações significativas relacionadas à rigidez orçamentária e à redução da capacidade estatal de financiamento de políticas públicas e investimentos estratégicos. Nesse contexto, o novo modelo fiscal surge como alternativa mais flexível, permitindo crescimento moderado das despesas públicas conforme a evolução da arrecadação governamental.

Os resultados da pesquisa demonstraram que o novo arcabouço fiscal possui potencial para estimular o desenvolvimento econômico por meio da ampliação dos investimentos públicos em setores essenciais, como infraestrutura, saúde e educação. Além disso, observou-se que a flexibilização parcial das regras fiscais pode fortalecer a capacidade do Estado em executar políticas anticíclicas e reduzir desigualdades sociais.

Entretanto, a pesquisa também identificou desafios relevantes relacionados à sustentabilidade fiscal do novo modelo. Entre os principais riscos destacam-se a dependência do crescimento da

arrecadação tributária, o aumento das despesas obrigatórias e a necessidade de manutenção da credibilidade fiscal perante investidores e agentes econômicos. A ausência de equilíbrio entre receitas e despesas pode comprometer a estabilidade econômica e elevar o endividamento público.

Conclui-se que o sucesso do novo modelo fiscal brasileiro depende diretamente da capacidade institucional do governo em promover responsabilidade fiscal sem comprometer investimentos sociais e produtivos. O equilíbrio entre estabilidade macroeconômica e desenvolvimento social mostra-se fundamental para garantir sustentabilidade econômica de longo prazo.

Os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível identificar e discutir os principais riscos e oportunidades decorrentes da implementação do novo arcabouço fiscal brasileiro. Além disso, a pesquisa contribuiu para compreensão dos desafios contemporâneos da política fiscal nacional e de suas possíveis implicações sobre o desenvolvimento econômico e social do país.

Como limitação do estudo, destaca-se o fato de o novo modelo fiscal ainda se encontrar em fase inicial de implementação, o que reduz a disponibilidade de dados consolidados sobre seus efeitos práticos de longo prazo. Dessa forma, recomenda-se a realização de futuras pesquisas voltadas à análise empírica dos impactos do novo arcabouço fiscal sobre crescimento econômico, dívida pública, investimentos governamentais e indicadores sociais brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ricardo Souza. Arcabouço fiscal: uma análise crítica da atual política econômica do Governo Lula. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 29, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/26778>. Acesso em: 26 maio 2026.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MACHADO, Luís Antônio Licks Missel. O novo arcabouço fiscal brasileiro: alteração das normas constitucionais de direito financeiro e projeções para 2025 a partir da análise do cenário econômico de 2024. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, 2024. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/3838>. Acesso em: 26 maio 2026.

OREIRO, José Luis. O arcabouço fiscal de Fernando Haddad: uma primeira avaliação. *Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/6255>. Acesso em: 26 maio 2026.

PEREIRA, Fabiana Augusta Araújo; ALMEIDA, Marcela Petribú. Implementação de políticas públicas e novos regimes fiscais: uma análise sob a perspectiva do princípio da justiça distributiva e da teoria da justiça como equidade. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, Recife, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/262356>. Acesso em: 26 maio 2026.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em: http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.

SILVA, Segislane Moésia Pereira da. A contradição do novo arcabouço fiscal: limites ao direito à saúde pública no capitalismo brasileiro. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 29, n. 2, 2025. Disponível em: <https://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/26854>. Acesso em: 26 maio 2026.

VERAS, Rodrigo Lustosa; MAZZA, Willame Parente; ARAÚJO NETO, Raul Lopes de. O novo arcabouço fiscal brasileiro e a consolidação do estado econômico de emergência permanente. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 29, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/26923>. Acesso em: 26 maio 2026.

¹ Especialista em Gestão de Negócios e Empreendedorismo pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAR. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Anhanguera – UNIDERP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)